



Questão 1: Apresento aqui duas perspectivas teóricas centrais no debate político contemporâneo e que divergem na forma de conceber a política institucional e o papel do estado, a saber: o liberalismo político e o multiculturalismo, que representa uma das variantes teóricas do Pluralismo Político. Ambas as correntes - liberalismo e Pluralismo, convergem no sentido atribuído ao poder, como a capacidade de impor seu interesse, conceito amado por Weber e central à ciência Política e à Sociologia. Porém, as correntes divergem no que pressupõem serem o papel do estado: mero garantidor da disputa de interesses ou garantidor de políticas que reconheçam o direito das minorias. No primeiro aspecto, estão os defensores do liberalismo político, tendo como um de seus autores fundadores Adam Smith. Os defensores do liberalismo, tanto clássico como nas suas variantes mais contemporâneas, consideram como o valor supremo a liberdade individual e consideram como papel do Estado regular os conflitos de modo que os indivíduos tenham a mesma capacidade (de) ou seja, igualdade de exercer a sua liberdade, traduzida na ideia dos direitos civis e políticos. Ou seja, importa aqui que o indivíduo exerça em plenitude a sua liberdade, sem, com isso, inviabilizar a liberdade dos seus pares, (ou seja) o que cabe ao Estado, via aparato legal e jurídico zelar. Os direitos sociais são defendidos e devem ser minimamente garantidos pelo Estado, apenas para que os indivíduos tenham condições de exercer a sua liberdade, traduzida nos direitos civis e políticos, como bem definiu T. Marshall

as tematizar o conceito de cidadania. Como discutido por este autor, a cidadania, concebida a partir do ideário liberal - herdeiro ideológico do Iluminismo - não afronta a ordem e as demandas sociais, pois apenas se preocupa com os direitos sociais na medida em que estes propiciem ao sujeito o mínimo para que este possa usufruir das suas liberdades. Daí deriva a crítica de Marshall à visão restrita da cidadania liberal. Do outro lado, temos os defensores do pluralismo político e que questionam os valores e o papel do Estado preceituado pelos Liberais. Os Pluralistas questionam a unidade do ideário liberal, ao mesmo tempo em que questionam os defensores do marxismo. Para os pluralistas, a centralidade liberal no indivíduo peca ao enxergá-lo como uma mórada, em que seus interesses pessoais sejam videntes dos interesses coletivos. Os críticos do Liberalismo Político criticam a ideia central e cara ao liberalismo (~~de que o indivíduo~~) do indivíduo como um ente abstrato e ~~de~~ seus valores supostamente universais. Entre ~~os~~ ~~críticos~~ ^{estes} destacam os defensores do chamado multiculturalismo, para os quais, o Estado tem que, não apenas regular os conflitos e garantir as liberdades individuais, mas tem que instituir políticas que permitam o reconhecimento e a possibilidade da diferença. Os multiculturalistas questionam o liberalismo de pautar-se em valores supostamente universais, mas que refletem o modus-operandi do indivíduo ocidental, branco e patriarcal.



Os multiculturalistas também questionam a supremacia da liberdade e da igualdade, questionando seu conteúdo puramente objetivo e formal. Para os seus defensores, o liberalismo reduz e abstrai as desigualdades e diferenças étnicas, de gênero, entre outras (apesar do seu foco ser em as políticas de reconhecimento das identidades étnicas e minoritárias, o Feminismo também flesta com o multiculturalismo, questionando o do liberalismo de limpar a supremacia do patriarcado). Seus defensores, portanto, questionam o suposto liberal de que o Estado deve focar nas garantias à liberdade individual. O pressuposto do multiculturalismo é que os indivíduos organizam sua vida e pautam interesses a partir do seu pertencimento a identidades coletivas e que historicamente tais identidades e interesses não preteridos pela suposta neutralidade do Estado e da justiça. Eles defendem que, para que os indivíduos tenham igual condição de defender seus interesses, é preciso que o Estado crie instrumentos e políticas de reconhecimento e acesso para que grupos minoritários consigam pautar suas identidades coletivas e diferenças. Para os teóricos do multiculturalismo o liberalismo se equivoca ao basear suas premissas num indivíduo abstrato e a-histórico e, em sendo assim, o Estado não deve agir apenas no sentido de regular as disputas entre esses indivíduos, mas deve garantir acesso à recursos e espaço na esfera pública para que indivíduos e coletivos minoritários disputem os seus interesses e valores diferenciados e referidos em identidades coletivas.

Questão 2: A erue da democracia no cenário político brasileiro contemporâneo reflete - reconhecidas as suas peculiaridades - o panorama político internacional de recrudescimento de ideologias conservadoras, totalitárias e de extrema-direita. Um de seus reflexos é o surgimento e fortalecimento do movimento "Escola Sem Partido" que ganha força no cenário político e pedagógico do país, ao lado do movimento que se postula contrário àquele que denomina como a "ideologia de gênero". Ambos os movimentos se colocam contrários à pluralidade ideológica e partidária mas o fazem de acordo com os seus defensores, partindo do princípio da defesa do valor da igualdade e da soberania da liberdade individual. Segundo os criadores e defensores da "Escola Sem Partido" a escola é uma instituição republicana e democrática e que deve, portanto, zelar pelo "livre pensamento" dos seus alunos, sem que sejam influenciados ou "doutrinados" por ideologias políticas contrárias aos seus valores pessoais e dos seus responsáveis. Seus ideólogos defendem, portanto, que uma escola em que conteúdos e valores primais, como é o caso do tema da diversidade sexual e de gênero afrontam o valor máximo da sociedade liberal que é a liberdade de escolha, sem constrição ou pressão, no caso, por parte da escola. Defendem, pois, que o direito à liberdade individual de escolha partidária e de gênero está sendo "infringido" e coarctado pela escola, afrontando a liberdade.

Questão 3: Tendo como base o tema: Poder, Política e Estado a ser desenvolvido numa turma de 1º Ano de Ensino Médio e partindo do princípio que o tema teria que ser ministrado em 4 aulas, eu dividiria cada aula (~~em~~) nos seguintes tópicos: 1º: O que é Política?; 2º: Sistemas Políticos e Formas de Governo; 3º: Estado e Democracia no Brasil e 4º: Cidadania e participação política. Assim, a primeira aula estaria centrada no tema: "O que é Política" e teria como objetivo instigar e motivar os alunos a pensarem e a discutirem o conteúdo tendo em vista que a política permeia as nossas relações e o nosso cotidiano. Nesse modo, meu recorte temático inicial seria abordar a política no sentido mais ontológico e sociológico do termo, recorrendo à visão aristotélica do homem como "animal político" e mostrando o quanto a política é inerente aos homens e às suas relações. Deste modo, antes de entrar nos conteúdos propriamente específicos da Ciência Política e da Política Institucional, essa primeira aula teria como objetivo apresentar a política (~~em~~) em sentido lato, ou seja, como o reino dos conflitos e da disputa de poder, de forma a afastar nos alunos as pré-concepções de que a política não ou quase nada lhe diz respeito, estando afeta apenas aos partidos e ao governo e



de modo a conquistar o seu interesse para a aula e a discussão. A metodologia que eu utilizaria seria a exibição de vídeos, seguido da discussão com os alunos e do esclarecimento e do apontamento de questões centrais. Eu finalizaria a aula solicitando que os alunos fizessem uma redação sobre o tema: "O que a política tem a ver com a minha vida" de modo a solidificar as ideias trabalhadas. O filme que sugiro para fazer a discussão é o filme "O Insulto" que retrata os conflitos e as disputas travadas entre um cristão libanês e um refugiado palestino no Líbano e que gira em torno da problemática: "quem insultou quem e por quê" num conflito entre ambos. Após o filme, eu buscaria instigar os alunos a pensar sobre o quanto as nossas relações cotidianas são marcadas pela política, isto é, pelo conflito de interesses e desejo de poder e o quanto a própria política institucional - representada no filme, pela mídia e pelo aparato jurídico - influencia em nossas disputas políticas cotidianas no acesso a recursos que nos capacitam a disputar o poder e também buscam diminuir tais conflitos, oriundos das divergências de interesses e filiações identitárias, demonstrando, inclusive, que a política não somente está na base das nossas relações como as decisões políticas institucionais afetam diretamente a nossa vida cotidiana muito além do que imaginamos.